



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 040/2023

(Plenária híbrida)

Aos vinte dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte três, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, virtualmente, pela plataforma Google Meet, e na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, Av. João Pessoa, 1105 – Bairro Azenha, sob a coordenação da Presidenta **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

### **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:**

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO)**; Márcia, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Eduarda Roos, **Casa do Menino Jesus de Praga**; Priscila Contini Marcondes e Andriw Quadros, **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS**; José Alfredo Nahas, **Parceiros Voluntários**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**; Lenira L. da Silva, **Círculo Operário Porto Alegrense**; Francine Idiart, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Theresinha Bastos, **Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA**; Andréia Gilli e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA**.

### **CONSELHEIROS DO GOVERNO:**

Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; Sônia Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ**; Glaubia Martins, **Secretaria Municipal da Educação – Smed**; e Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

### **DEMAIS PRESENTES:**

Luiz Henrique, **Administrativos CMDCA/FUNCRIANÇA**; Patrícia Costa Ribeiro, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

### **PAUTA:**

31 **1. Abertura;**

32 **2. Debates e Deliberações;**

33 **2.1. Comissões: Executiva, Finanças, Políticas e Reordenamento;**

34 **3. Informes.**

35 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

36 **1. ABERTURA;**

37 **2. DEBATES E DELIBERAÇÕES:**

38 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
39 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Boa tarde. Então, vamos ver o que temos na pauta de hoje. Sobre  
40 as atas, já iniciando o que estávamos antes de iniciar, o que a gente poderia publicar no site é a  
41 síntese, porque fica ali que no dia tal passaram tais assuntos e tais instituições, porque o grosso  
42 da discussão não interessa aos demais. Lógico, a gente sabe que a Patrícia tem o cuidado de às  
43 vezes a gente estar brincando, porque a gente acaba brincando aqui, a brincadeira não vai para  
44 a ata, mas mesmo assim, pode escapar alguma coisa e não é o interessante. Então, a gente  
45 pode tirar isso. Vai para o site somente a síntese das atas. Ok? Outra questão, temos  
46 [Inaudível]. na Câmara de Vereadores, às 14 horas. Eu conto com a presença de vocês. Outra  
47 quando, a Theresinha, o Carlos e eu conversamos com a Deputada Adriana Lara. Eu esqueci  
48 de passar para a Comissão de Políticas, mas já vou passar, a proposta de lei, é um projeto de  
49 lei, na verdade, que ela trouxe para a gente poder analisar. A proposta dela, o título, proíbe a  
50 participação de crianças e adolescentes em eventos com cunho sexual, apologia de gênero,  
51 exibição de cenas eróticas, pornográficas ou incentivo de uso de drogas no território do Estado  
52 do Rio Grande do Sul. Depois tem o projeto aqui, são quatro artigos e tem a justificativa  
53 também. Então, vai para a Comissão de Políticas para a gente poder se manifestar. Ela pediu  
54 que a gente possa se manifestar de forma bem tranquila, nada tão formal, mas a ideia é de que  
55 cada projeto que estiver voltado a crianças e adolescentes, tendo Porto Alegre como a Capital,  
56 ela vai solicitar um parecer nosso, digamos assim. Eu vou passar para vocês darem uma  
57 olhada. Nós até mencionamos que havia um projeto semelhante feito pela Comandante Nádia,  
58 mas era voltado à questão com os recursos públicos, se eu não me engano. Então, com recurso  
59 público não poderia ter. Aí ela trouxe uma questão um pouco maior. Na saída nós  
60 conversamos um pouquinho, que apesar dessas questões já estarem no ECA, reforçadas ali,  
61 sempre é válido reforçar, mas a gente poderia estar sugerindo outra forma de texto ou talvez  
62 uma forma mais abrangente e não fixando tanto. Ela trouxe o exemplo de que houve uma

63 marcha da legalização do uso da maconha e que tinha crianças na frente da marcha. **José**  
64 **Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Olha, eu estou lendo aqui e acho bem complicado o  
65 que ela está colocando no artigo dela. Eu sou contra. Ela coloca assim: “Fica proibida a  
66 participação de crianças e adolescentes em eventos de cunho sexual ou apologia de gênero,  
67 exibição de cenas eróticas...” Ok! “...incluindo Parada de Orgulho LGBTQI+”. Eu sou  
68 totalmente contra. É bem complicado. Qual o problema de você levar uma criança ou filho teu?  
69 O mundo mudou. Eu como CMDCA não concordo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
70 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Por isso nós  
71 falamos do texto ser mais amplo. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Ela não pode  
72 partir da premissa que Parada LGBTQI+ é de cunho sexual. **Carolina Aguirre da Silva,**  
73 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Foi o  
74 que eu trouxe ontem na questão da Parada LGBT, porque hoje ela está mais para um  
75 movimento cultural do que qualquer outra situação. Hoje não vão só pessoas na parada que  
76 são LGBTQI+, vão famílias de forma geral, vai todo mundo. Então, nisso a gente tem que  
77 pensar. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Da forma como está escrito não dá.  
78 **Glaubia Martins, Secretaria Municipal da Educação – SMED:** Eu queria pontuar, ainda  
79 na fala do Zé Nahas, que em São Paulo, depois da Parada LGBTQI+ deste ano suscitou  
80 também na Câmara de Vereadores de São Paulo, Capital, um movimento parecido para criar  
81 leis. Aí veio todo um antemovimento, porque nós não podemos esquecer que há pais e mães  
82 homoafetivos, que levam seus filhos e estão exercendo um direito constitucional à paternidade  
83 e à maternidade. Então, essa parte específica que o Zé pontua é muito complicada. A Parada  
84 LGBTQI+ no passado, porque no Brasil o histórico dela é de 50 anos, nasceu sim com um  
85 cunho muito mais libertador, com exposição sexual. Só que nós não podemos tirar isso, que é  
86 um direito constitucional de pai e mãe exercer de levar ou não seus filhos, aí a gente tem que  
87 contar com o bom senso. Agora, legislar e limitando esse direito, que é constitucional, acho  
88 perigosíssimo. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local**  
89 **– SMGOV:** Eu achei interessante a abertura deputada em nos receber. É melhor nos receber  
90 para a gente fazer o que estamos fazendo, que é ler, analisar, debater e fazer sugestões de  
91 alteração, porque ela disse que acolheria as nossas sugestões, que passaria todo e qualquer  
92 demanda da área da infância e juventude a partir de agora. Achei pertinente. Creio que a gente  
93 deva fazer essa análise para lá da tipologia do evento ou do contexto. Eu pesquisei aqui  
94 rapidinho, a Parada LGBT de Porto Alegre 2023 atinge 150 mil pessoas e a Feira do Livro do

95 ano passado, dos 250 anos, 72 bancas, 1 milhão de pessoas em 10 dias. A nossa preocupação  
96 tem que ser sempre a mesma, crianças de perdem nesses eventos e megaeventos. O trabalho  
97 infantil acontece nesses eventos e megaeventos. Se estão acompanhadas não é um problema, se  
98 tem ali o familiar, as pessoas da sua composição tranquilizo. Agora, o que a gente tem que  
99 debater com a deputada e a gente conseguiu conversar um pouco com ela obre isso ontem, é  
100 que o trabalho infantil está se alastrando, a situação de rua é real, a Cidade dos Trilhos voltou,  
101 aconteceu o que tínhamos em 2021, a gurizada está vindo de Novo Hamburgo para cá via  
102 Trensurb para vender Mandolate e depois volta no final do dia. Então, nós temos que fazer as  
103 nossas representações de Competi, de Evesca, de todas que o CMDCA tem, fazer prevalecer  
104 também esses projetos de lei dos vereadores e deputados. A minha sugestão é que a gente faça  
105 essa análise nas comissões, faça sugestões e leve para ela de volta aquilo que a gente necessita  
106 de monitoramento de políticas, de campanhas, como a gente pediu para ela nos apoiar com a  
107 questão da Trensurb, assim outros deputados e vereadores também. Eu só acho estranho que a  
108 Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente nesta gestão não nos convida para nada,  
109 também não sei se vai estar amanhã na homenagem e não estimula nada de inclusão e proteção  
110 às criança e adolescentes. **Eduarda Roos, Casa do Menino Jesus de Praga:** Eu acho que  
111 esse trecho do artigo, a elaboração do texto está bem tendenciosa e com um om juízo de valor  
112 da deputada, porque uma marcha pela legalização da maconha não significa que é uma marcha  
113 de incentivo ao uso de drogas. Muito pelo contrário, também muito dessas pautas são lutas de  
114 pessoas com epilepsia e outras condições, como até o câncer, que o Canabidiol e outras  
115 substâncias derivadas da maconha, que não são psicoativas, é uma luta por uma questão de  
116 saúde. Então, eu acho que pais e seus filhos não deve ter esse direito cerceado. Outro ponto é  
117 esse trecho: “apologia de gênero”. O que isso significa? Gênero é masculino, femininos,  
118 podemos incluir não binário com essas novas discussões. Mas o que seria uma apologia a isso?  
119 Gênero é um conceito estabelecido, não tem como fazer, vai fazer apologia a quê? À mudança  
120 de gênero de uma criança? É isso que ela quer dizer aqui? Não sei, enfim. **Carolina Aguirre**  
121 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC**  
122 **(TOPOGIGIO):** E a idade para que tu possas escolher o que quer ser. É fala dela. Também  
123 falou na questão se a gente sabia que hoje em dia já tem hormônios sendo aplicados em  
124 crianças para já a mudança ou impedir a mudança do corpo, algo nessa linha. **José Alfredo**  
125 **Nahas, Parceiros Voluntários:** Bom, de novo, da forma como está é muito mais na questão  
126 moral dela, que sou totalmente contra e a gente tem que tomar muito cuidado, Carol. Eu não

127 sou conhecedor do ECA na sua íntegra, mas imagino que no ECA já conste isso que ela está  
128 colocando em relação. Então, eu fico sempre me perguntando o que ela está legislando?  
129 Porque para mim se já tem a lei que me diz em relação á proibição das crianças nessas questões  
130 eróticas, que é mais que notório, aqui está tendo uma questão muito mais tendenciosa em  
131 relação à questão da moral da cabeça dela, sexual. E a gente como CMDCA, como Conselho,  
132 tem que tomar muito cuidado. O mundo mudou, gente! Entendeu? Eu sou um cara casado  
133 com outro homem há 18 anos, eu tenho dois filhos. O mundo mudou e isso me irrita  
134 profundamente traz esse tipo de preconceito que ela está trazendo. **Carolina Aguirre da**  
135 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):**  
136 O ECA já traz, eu tenho certa resistência a criar lei sobre lei para reforçar a lei. Eu não gosto  
137 disso. Ah, mas tem que ser dito o óbvio! Concordo1 tem que ser reforçado! Concordo! É triste  
138 fazer uma lei para dizer que tu não podes maltratar, judiar, punir com agressões físicas o teu  
139 filho. Isso não teia nem que ser dito, teria que ser uma coisa lógica, óbvia. Ok! Acredito que o  
140 que a gente poderia tentar tirar desse suco azedo um sabor talvez é colocar na questão do uso  
141 da imagem dessa criança, talvez nessa linha. Por exemplo, aquele jogo do Inter em que aquele  
142 homem filho de uma boa mãe foi com uma criança no colo dar um soco em outra pessoa,  
143 lembram? Mas assim, o problema não era ele levar o filho no jogo, o problema foi ele estar  
144 com o filho no colo no momento em que queria brigar com outra pessoa. Então, não tem o  
145 problema de levar teu filho, o problema é usar o teu filho até mesmo como escudo para agredir  
146 outra pessoa. Isso é outra situação. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas, Carol  
147 ainda dá para se basear na lei e acionar o cara. É isso que eu quero dizer. **Sônia Vieira,**  
148 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Carol, nós aqui e os colegas que estão no virtual  
149 não conseguimos ler esse ofício, eu não conheço a deputada, então, penso em abrir primeiro  
150 um processo SEI, se for o caso, disponibiliza por e-mail, enfim, mas disponibilizar a todos os  
151 Conselheiros para que todos tenham ciência do que ela está pedindo. A gente não consegue  
152 enxergar e nem ler o que está aí, enfim. Segundo, temos que ter o cuidado de não estarmos  
153 servindo de manobra para ela impor alguma coisa que seja somente do interesse dela e não do  
154 Conselho e também não de quem a gente representa. E nós temos a nossa PGM, que pode nos  
155 orientar de que maneira podemos responder isso. eu acho que fica muito mais alinhado com a  
156 PGM, porque diz que pode responder de maneira informal, mas o Conselho não vai responder,  
157 não existe uma resposta de maneira informal. Então, assim como ela mandou um ofício  
158 pedindo a presença do Conselho no Gabinete dela, assim o Conselho também tem que se

159 manifestar depois no parecer formal. E eu concordo com o Zé, só que eu também entendo que  
160 a gente vai ter que ter o conhecimento do que diz esse ofício. **Carolina Aguirre da Silva,**  
161 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** O Zé  
162 está tirando foto do ofício para colocar no grupo para vocês. Então, para esse material nós  
163 vamos criar um SEI para que a gente possa estar se manifestando. Kátia, vamos encaminhar a  
164 partir do SEI uma consulta para a PGM, para que possa se manifestar. eu acho que a questão  
165 fica bem encaminhada para que a gente possa estar respondendo como Conselho realmente.  
166 Ela disse para responder pelo Whats, mas jamais ia responder de uma forma tão corriqueira,  
167 tão casual. Então, para que a gente possa também estar organizando o que é e jamais servir  
168 também de manobra. **Glaubia Martins, Secretaria Municipal da Educação – SMED:** As  
169 falas da Eduarda e do Zé foram muito felizes, porque a gente não sabe, tem muita gente  
170 querendo pegar carona e aqui eu falo do grupo de políticos mesmo, embaixo dessa pseudofrase  
171 da moral e dos bons costumes, que é abaixo a ideologia de gênero. A pergunta da Eduarda foi  
172 muito pertinente, embaixo disso, eu como linguista, digo para vocês que cabe um monte de  
173 coisa. É aí que mora o perigo, senão vamos cair na lei pela moralização disfarçada de lei para  
174 regular, mas para regular nós temos o ECA, a Constituição, que são leis maiores. O ECA é  
175 uma emenda constitucional. Então, não é assim, porque já está lá dentro do ECA quais soa os  
176 locais e horários adequados, o que se deve evitar em termos de proteção á criança e ao  
177 adolescente. Não precisamos de mais leis, concordo *ipsis literis*, não precisamos de legislação  
178 para reafirmar o que já está posto. Foram 30 anos de batalha para fazer valer o ECA. Carlos,  
179 eu concordo contigo em um ponto, da tua fala total ali, que é em relação ao trabalho infantil,  
180 ao invés de estar discutindo que ele voltou e o trabalho continua, acontece, eu diria, que na  
181 maioria dos lares brasileiros. Então, a sociedade fechou os olhos, principalmente no período  
182 pandêmico e agora no pós-pandemia para algo que é muito sério, é muito grave. Atrás disso,  
183 agora, vem esse movimento para salvar as crianças e adolescentes da ideologia de gênero, seja  
184 lá o que cada um entenda com isso, porque não há uma definição clara e isso não é discurso  
185 político. Lugar de criança é na escola e a sociedade falha todas as vezes que o direito de uma  
186 criança, de um adolescente é violado e o trabalho infantil é uma violação gravíssima, é uma das  
187 piores, conforme o manualzinho da ONU. Depois que a gente resolver o trabalho infantil e  
188 outras formas de violação, podemos discutir o que realmente a sociedade brasileira quer e  
189 entende como ideologia de gênero, que seja em um espaço adequado, que não é esse. **Frei**  
190 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu também

191 acho que não é uma questão de escolha, ninguém escolheria uma questão de gênero para sofrer  
192 preconceito, violência, o que a gente está cansado de ver todos os dias nas notícias por este  
193 Brasil e por este mundo afora. A gente viu no cenário político toda a questão do fascismo, da  
194 instrumentalização da moral religiosa, dos ditos bons costumes, no sentido de um uso político  
195 muito perigoso. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança**  
196 **Local – SMGOV:** Eu vi agora a foto que o José botou no grupo e olto a dizer, concordo que  
197 a gente tem que abrir o SEI, fazer a análise, mas reafirmo a sugestão da gente fazer a análise  
198 para além disso que ela traz aqui, porque ela nos pediu análise e sugestões. Então, o debate é  
199 para análise e sugestões de alterações diversas. Eu lendo de novo consigo enxergar, talvez  
200 porque eu esteja participando mais da questão do enfrentamento ao trabalho infantil, a situação  
201 de prevenção de violações de direitos e violências que é o seguinte, é um dado alarmante 5pss  
202 por dia somem em Porto Alegre. Sabemos disso? Onde estão os cartazes, aqueles que tinham...  
203 **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas você acha que uma lei vai resolver,  
204 Simões? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local –**  
205 **SMGOV:** Não, só um pouquinho, deixa eu fazer meu pensamento primeiro. Eu acho que  
206 existe um afastamento das políticas públicas em geral, não só da área de segurança, mas de  
207 todas, que a gente não está se dedicando a pleno e depois que a coisa aconteceu já virou  
208 acolhimento institucional, já virou Crai, já virou situação de rua-morada, não é mais rua-  
209 sobrevivência. Então, eu enxerguei o documento dela para essa temática que a gente tem  
210 dentro dos conselhos. Então, temos que sugerir “isso não”, “isso não”, “isso não”? Com  
211 certeza! Mas eu também vejo a oportunidade seguinte, o que o poder público e as cidades do  
212 Rio Grande do Sul estão fazendo para enfrentar as crianças que se perdem e as crianças do  
213 trabalho infantil? Está tendo a Expointer, tem algum trabalho de monitoramento do trabalho  
214 infantil lá? Não! E tem já inúmeras denúncias. Eu tive hoje de manhã uma reunião com a  
215 Secretaria Região de Trabalho e Emprego. Então, a coisa existe, é grave e ela faz várias  
216 propostas que nós não temos que concordar, mas nós temos que rebater e sugerir o que nós  
217 precisamos. Na minha opinião, precisamos de campanhas, muitas campanhas. **Glaubia**  
218 **Martins, Secretaria Municipal da Educação – SMED:** Desculpa os que estão inscritos, mas  
219 eu preciso falar. Campanha sim, nós dois somos “gov” aqui, mais os que são “gov”, sabemos  
220 que havia uma campanha no passado não tão distante dentro da secretaria que eu aqui  
221 represento, exatamente para desmobilizar o trabalho infantil, era pioneiro e exemplar. Só que  
222 isso foi parar onde, Carlos? Eu não sei se isso não é pauta para levar para o Prefeito, porque

223 havia uma comissão dentro da Smed articulada com a Fasc, com os Conselheiros Tutelares e  
224 isso se perdeu. Foi exemplo para outros Estados, que é a Ficai, que é um instrumento  
225 belíssimo, o aluno que está na escola não está trabalhando, pelo menos não está na rua  
226 mendigando. Concordo contigo nesse ponto, quem sabe tenhamos que ressuscitar algo em  
227 Porto Alegre que foi importante, tem livros publicados sobre isso, tem gente dessa época ainda  
228 dentro da secretaria... [Falas concomitantes]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
229 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Nós temos  
230 inscritos, pessoal! E temos que encaminhar. **Priscila Contini Marcondes, Federação**  
231 **Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS:** Eu agradeço, a linha fala é em decorrência da boa  
232 fala do Calo, do Zé e do Frei. Eu só peço que as falas sejam espaçadas e cada um fale na sua  
233 vez. O Frei estava trazendo algumas informações muito relevantes em complemento ao que o  
234 Zé havia falado. Então, eu devolvo a palavra e só peço que, por favor, não se sobreponham  
235 também às falas das organizações da sociedade civil, em especial as pessoas que têm um vasto  
236 conhecimento e muito antigo. O Frei tem algumas informações relevantes e eu gostaria de  
237 ouvir e não foi possível, mas obrigada, Carol. **Sônia Vieira, Secretaria Municipal da**  
238 **Fazenda – SMF:** Eu li agora o documento, mas esse documento aqui, com todo o respeito, eu  
239 acho que a gente está tirando a autonomia da família, dos pais definirem para onde vão essas  
240 crianças. Assim, são coisas distintas, Carlos, do que tu colocas. Campanha ok, contra o  
241 trabalho infantil, é uma série de coisas, mas não o que ela está colocando ali. Então, eu  
242 concordo com o Zé, é uma lei em cima de outra lei que é em cima de outra lei, a gente não  
243 precisa disso, podemos fazer campanhas e outras ações, mas trabalharmos de outra forma, mas  
244 não uma lei que vai dizer o que eu como pai ou mãe vou definir. Então, talvez a gente esteja só  
245 jogando que tem uma lei que tu não podes fazer isso, não pode levar teu filho ali, não pode  
246 levar teu filho ali e aqui. De novo, quem define isso é a família, no meu entendimento, não  
247 precisamos desta lei aqui, eu não consegui enxergar nada que vá acrescentar para a criança  
248 dentro desse projeto dela. Essa é a minha visão, mas, enfim, a gente vai conversando.  
249 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
250 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Ok. Então, vamos criar um processo SEI para que a gente possa  
251 ter essa visibilidade e poder estar encaminhando à PGM para a gente poder estar respondendo  
252 de uma forma com contexto, na verdade. E penso que no momento da resposta entra o que o  
253 Carlos está falando, que é da gente não fechar as portas com a deputada, mas poder sugerir  
254 algumas pautas e questionamentos para que o futuro a gente possa estar encaminhando outras



255 questões também. **Theresinha Bastos, Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e**  
256 **do Adolescente – MDCA:** Eu fecho contigo, eu acho que essa foi a finalidade, pelo menos  
257 para mim, o fato dela abrir o Gabinete dela, seja do PMDB, do MDB, de quem for, para a  
258 gente sugerir uma assembleia. Isso eu achei importante, a única coisa. **Carolina Aguirre da**  
259 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):**  
260 Isso! Nós já solicitamos que ela agende uma pauta com o presidente da Trensurb para a gente  
261 conversar sobre a questão do trabalho infantil em que está sendo um meio de circulação,  
262 digamos assim, como o Carlos trouxe. Também questionamos sobre a Aprendizagem da  
263 Trensurb. Aí ficamos nos questionando se a Trensurb em algum momento teve aprendizagem,  
264 as cotas. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local –**  
265 **SMGOV:** Eu descobri hoje de manhã, com a Dra. Denise Brambilla, que eles têm 12 jovens  
266 aprendizes e pela lei eles teriam que ter 38. Então, quando a gente fizer a visita na Trensurb  
267 para retomar a campanha de trabalho infantil na Cidade dos Trilhos, no final da conversa já dá  
268 para reivindicar o cumprimento de lei. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
269 **Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Ok. Vamos seguir na nossa pauta.  
270 Nós recebemos uma solicitação de verba emergencial da Instituição Centro Educacional Santa  
271 Catarina, que a Luana está presente na plenária. No período da chuarada a instituição alagou  
272 e se perdeu praticamente toda a mobília da instituição. Eu fui atrás do ofício e já encaminhei o  
273 SEI, depois encaminho para a Comissão de Finanças para a gente poder apreciar. Nós estamos  
274 solicitando para a instituição um miniprojeto, porque foi só pedido a verba. Então, a gente  
275 precisa entender, Luana, o que vocês precisam, aí pode descrever. Precisa da justificativa, o  
276 projeto, descreve ali tudo. No ofício já tem as fotos do que aconteceu, os estragos e tudo mais.  
277 São bem fortes as fotos, uma judiaria com tudo, mas para poder instrumentalizar o projeto é  
278 melhor, principalmente a questão do que a instituição precisa comprar. **José Alfredo Nahas,**  
279 **Parceiros Voluntários:** E também precisamos de três orçamentos na Comissão de Finanças, o  
280 que puder já encaminhar para a gente também poder agilizar. **Carolina Aguirre da Silva,**  
281 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** O que  
282 puder enviar é melhor. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Envia para a Comissão  
283 Mista, aí a gente trata em caráter emergencial. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
284 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Se estiver com  
285 toda a documentação a gente pode enviar para a Executiva e já trazer para a plenária. **José**  
286 **Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas na mista entra em caráter emergência e as

287 comissões já resolvem. Se faltar alguma coisa a gente já liga para a instituição, como a gente  
288 sempre faz. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:**  
289 Carol, tinha outrora uma discussão do que se definiu como emergencial, até para o Conselho  
290 ter um critério de quando atender, tinha uma resolução do Conselho que definia. Na época  
291 surgiram vários pedidos e nessa resolução dava as orientações. **Carolina Aguirre da Silva,**  
292 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Kátia,  
293 veja para nós essa resolução, por favor. Essa é uma resolução de verba emergencial, deve ser  
294 de 2014, de acordo com a memória da Patrícia. Só para a gente ver o que está lá, para que a  
295 gente não fique decidindo algo que decidimos lá. Mais alguma coisa, além dos assunto que a  
296 gente já trouxe? **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:**  
297 Nós temos ver a Resolução nº 150, reforçando que a gente tem recebido projetos... **Carolina**  
298 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC**  
299 **(TOPOGIGIO):** Sim, eu tinha falado de deixarmos como tema de casa, da gente ver. A Elaine  
300 colocou algumas coisas em relação ao projeto e isso a gente trouxe que conforme a gente vai  
301 fazendo o projeto é que vamos ver o que está com problemas, repetições e coisas assim. A  
302 gente tem que botar um marco e acredito que o marco é a publicação da resolução, a partir de  
303 que data que a gente vai receber, de acordo com os novos anexos. **José Alfredo Nahas,**  
304 **Parceiros Voluntários:** Mas na resolução está bem claro isso. **Carolina Aguirre da Silva,**  
305 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** A  
306 contar da data da publicação? **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** A partir da  
307 publicação, os novos projetos têm que vir no novo modelo e aqueles que entraram antes serão  
308 apreciados de acordo com o modelo. Está bem claro, ficou bem colocado isso. **Carolina**  
309 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC**  
310 **(TOPOGIGIO):** No site não estava. Também ainda estão os anexos anteriores. Kátia, isso  
311 nós vamos ter que atualizar os anexos da Resolução nº 150. Gurias, sendo a chata da história,  
312 nós vamos ter que devolver para as instituições para que atualizem no modelo correto.  
313 **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** A gente já está  
314 fazendo esse fluxo, a gente só quis pautar isso porque é relevante em relação a isso trazer uma  
315 comunicação para que as outras entidades que também apresentarem projetos não precisem ter  
316 esse retrabalho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**  
317 **da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Baita retrabalho! **Márcia, Associação Cristã de**  
318 **Moços do RS – ACM:** Porque no fim as instituições que estão sabendo são as que estão

319 dentro do CMDCA. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
320 **Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Acho que não mandamos para o Fórum da  
321 Resolução nº 150. O João quer falar. Está sem microfone. Digita no chat, então, João. Olha o  
322 Carlos (chat): “Há mais uma informação na PGM vetando a função do captador? Se sim  
323 precisamos fazer as nossas considerações nesse SEI para análise do Procurador-Geral Roberto  
324 Rocha”. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local –**  
325 **SMGOV:** Porque hoje de manhã, refletindo e conversando sobre esse assunto, acho que vai  
326 ter reanálise. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
327 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Sim, tem que ter. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto**  
328 **Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Por causa do registro daquela instituição da  
329 semana passada, eu fui lendo várias resoluções, depois até queria fazer uma consideração.  
330 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
331 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Só vamos passar umas questões do Conselho Tutelar, não  
332 podemos esquecer. O Paulo está em uma reunião no GP. Então, só para a gente poder saber,  
333 na segunda-feira nós tivemos o sorteio dos números de urna dos candidatos, foi na segunda-  
334 feira lá na Câmara. No dia 18, às 14 horas, ainda está a ser fechado o local, mas vai ter a  
335 formação para o que pode e não pode na campanha do Conselho Tutelar. Então, é interessante  
336 que a comissão esteja lá em peso. Em princípio é para ser na Câmara, só estamos vendo a  
337 cedência certinha do local. Nós já estamos notificando aqueles cinco candidatos que o  
338 Ministério Público indicou há duas semanas atrás, lembram? O Ministério Público tinha  
339 encaminhado alguns questionamentos sobre alguns candidatos, nós já estamos notificando para  
340 dar o período de defesa para eles. Temos outras duas impugnações também, que estão a  
341 chegar em curso e fomos notificados também de um mandado de segurança pelo Candidato  
342 Joel, da Micro 04, que foi reprovado na prova porque não marcou adequadamente os campos  
343 da resposta, indo contra ao edital e ao próprio cartão de respostas. Então, ele está entrando  
344 com o mandado do segurança para poder concorrer, vamos ver quais são os próximos passos.  
345 Nós precisamos atualizar também, Kátia, no site do CMDCA os dados sobre a eleição, tudo,  
346 urnas, candidatos, as listagens, porque só tem o Edital 01 e acho que a correção do edital, na  
347 verdade. Pode ver com o Paulo o que tem que colocar lá, porque como vai ser a Rossana que  
348 vai estar atualizando, aí pode ver com o Paulo o que precisa estar no site para vocês anexarem.  
349 O João Virgílio, então, nós estávamos no processo de poder ver o processo, mas o  
350 Conselheiro Rafael, que era a pessoa que tinha entrado com recurso, com a denúncia, na

351 verdade, depois entrou com um recurso e ganhou um mandado de segurança zerando todas as  
352 decisões que a gente não tinha tido, porque o Juiz entende que a gente não ouviu o Rafael, a  
353 policial e talvez demais testemunhas. Então, a PGM nos orienta que a gente reabra a Comissão  
354 Especial com poderes de Comissão Eleitoral, dando um prazo de mais uns 30 dias ou até 30  
355 dias para que essa comissão possa fazer a escuta de todos os demais envolvido, aí emitir novo  
356 parecer. Compreenderam? **Aline Borges, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e**  
357 **Juventude – SMELJ:** A mesma comissão? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
358 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** A mesma  
359 comissão. Eu não tinha falado contigo, Aline, e nem contigo, Letícia, só tinha falado com o  
360 Rodrigo, mas, então, para a gente poder reabrir essa comissão com o prazo de até 30 dias. Isso  
361 sim nós precisamos votar para que aconteça todo o rito normal. **Francine Idiart, Instituto**  
362 **Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Mas para além da Brigada, para além do  
363 Rafael, se escuta as testemunhas de novo, a esposa, as pessoas que estão no processo?  
364 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
365 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Na verdade, vai ter que se ver todas as pessoas citadas no processo  
366 para serem ouvidas. E penso que isso tem que se destrinchar. Ah, quer apresentar alguma  
367 testemunha? Apresenta! Eu penso dessa forma, as pessoas do processo. **Francine Idiart,**  
368 **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** As que foram ouvidas e as que  
369 não foram ouvidas? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
370 **Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Isso. penso que todas as pessoas que estão  
371 envolvidas no processo original, que pelo que eu li seria a policial, o conselheiro que fez a  
372 denúncia, alguma outra testemunha que se tenha. Eu penso que é isso, para a gente poder  
373 destrinchar o máximo, fazer a escuta de todos, dar direito à defesa para todos e fazer o  
374 processo de forma mais fluída, digamos assim. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:**  
375 A comissão tem esse poder de julgamento? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
376 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** De acordo com o  
377 edital sim. A Comissão Eleitoral pode julgar qualquer denúncia na primeira instância, após a  
378 decisão da comissão, se a pessoa ainda se sente prejudicada entra para o Conselho, que é a  
379 final. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas nesse caso ele já não entrou no  
380 judiciário? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
381 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Sim, aí eles entenderam lá que foram feitos os  
382 procedimentos talvez errados, em que não foram ouvidas todas as pessoas envolvidas. Eles

383 anularam até aquele momento. Então, a gente tem que restaurar a comissão e começar da  
384 comissão para cá tudo de novo. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São**  
385 **Francisco de Assis – CPCA:** Olha, eu estive presidindo uma eleição, acompanhei outras, mas  
386 nós tínhamos sempre um papel muito ativo da presença da PGM, com um procurador do  
387 Município que orientava. Isso tem implicações muito grandes, eu acho tão complicado a gente  
388 tentar restabelecer uma justiça, se é para reparar o que foi feito naquele momento, que a gente  
389 deveria enquanto Conselho... E eu não me sinto capaz, não sei quem foi a comissão aqui, sem  
390 ter esse apoio. Talvez tenha que buscar o procurador do Município para poder a gente  
391 subsidiar como que a gente vai fazer essa escuta, senão vai ficar uma celeuma, cada vez uma  
392 bola de neve maior. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
393 **Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Quando chegou a decisão nós encaminhamos  
394 para a PGM, a PGM nos respondeu de que cabe ao Conselho, de acordo com o edital, fazer as  
395 tomadas de decisões. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis**  
396 **– CPCA:** Eu concordo com isso. Mas nós temos que chamar a PGM para estar junto aqui,  
397 para construir os pareceres também tecnicamente. Eu sei que temos alguns advogados aqui no  
398 nosso meio que podem ajudar, mas a PGM tem esse papel por causa de algumas implicações  
399 que incidem na vida do Município, uma é se o cara for reclamar que foi injustiçado há 4 anos  
400 atrás, ele deixou de receber o seu salário. **Theresinha Bastos, Movimento, Movimento pelos**  
401 **Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA:** Pelo que eu li do processo, ele vai pedir e  
402 vai ganhar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
403 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Exato. Mas quero referendar o que a Priscila falou em  
404 outras plenárias, ela, o Rodrigo e outros. Penso de que a gente possa sugerir à comissão para  
405 ouvir até os próprios componentes da antiga comissão, os componentes que eram os  
406 funcionários. O que acontece? Ah, foi o processo feito de forma um pouco distorcida. Ok,  
407 então, como foi? Como não foi? Sei que não é uma competência nossa, mas, ao mesmo tempo,  
408 a gente tem que pensar também na questão de não fazer esse erro em 2023. Então, olha o  
409 valor que é sim para o Município se tiver que fazer um pagamento retroativo. Então, são  
410 questões assim. A Priscila e depois já vamos encaminhar. **Priscila Contini Marcondes,**  
411 **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS:** Não, é somente a repetição da fala do  
412 Frei. Sim, embora tenhamos profissionais da área do Direito atuando aqui, eu sou uma, mas  
413 não é a nossa atribuição, não é a competência. Eu não tenho nem autorização para atuar  
414 respondendo questões jurídicas dentro do Conselho, independente do assunto. A Aline Stoll é

415 a profissional competente e responsável, designada para essa atividade. E no meu  
416 entendimento, aí falando como Conselheira, por ter um pouco de bagagem jurídica também, a  
417 Aline Stoll deveria estar acompanhando todas essas falas desde o início, que essa é de  
418 responsabilidade dela. Então, salvo melhor juízo, esse é o meu parecer, é assim que deve ser.

419 **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Concordo  
420 plenamente, Priscila. Quem em última instância responde do ponto de vista jurídico é a PGM,  
421 nós podemos contar com a capacidade técnica de vocês em nos ajudar, mas a PGM tem a  
422 tarefa de subsidiar. **Priscila Contini Marcondes, Federação Espírita do Rio Grande do Sul**  
423 **– FERGS:** Exatamente. **Aline Borges, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e**  
424 **Juventude – SMELJ:** Eu concordo. Ainda mais que envolve valores, foge da nossa alçada. A  
425 PGM deveria emitir o parecer, a gente diz sim ou não. Então, teria esse respaldo jurídico e  
426 cabe ao Conselho, por ser soberano, dizer se acata ou não o entendimento da PGM, porque,  
427 futuramente, se ele ingressar com uma ação contra o município vai ser a PGM quem vai  
428 responder. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
429 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** A PGM já deu o parecer dela, segue-se o edital e a  
430 competência é do CMDCA. A PGM não vai dizer o que é certo ou errado, até porque se ela  
431 chegasse e falasse para nós, nós mesmos: “Pô e a nossa autonomia cadê?” **Frei Luciano Elias**  
432 **Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Carol, talvez eu não me fiz  
433 entender. Quem subsidia o Conselho nas decisões, porque nós temos que ter um lastro jurídico  
434 para amparar. Na verdade, quem vai decidir somos nós, mas ela pode apontar os dois  
435 caminhos, qual a perspectiva. É isso que nós estamos pedindo, para nos subsidiarem para nós  
436 podermos decidir dentro de critérios jurídicos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
437 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Então, temos que  
438 retomar a comissão, que isso independe de análise ou não da PGM, aí provocar a PGM para  
439 nos trazer embasamentos até mesmo para a comissão. Pode ser assim? Então, podemos votar a  
440 restauração da Comissão Especial, com poderes de Comissão Eleitoral, para análise do caso  
441 João Virgílio. **Theresinha Bastos, Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e do**  
442 **Adolescente – MDCA:** A Comissão são as duas meninas que trabalharam e mais o Rodrigo?  
443 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
444 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Exatamente. Então, quem é favorável, por favor, levantar a mão.  
445 Alguém contra? Alguma abstenção? Uma abstenção. **APROVADO COM 01 ABSTENÇÃO.**  
446 Kátia, depois eu peço ao Paulo para auxiliar, mas a gente vai encaminhar para a PGM, para

447 que possa se manifestar, para orientar se a gente decidir A ou B o que pode acontecer, até de  
448 impacto mesmo para a cidade. Isso eu acho que não entra muito na nossa decisão, mas ainda  
449 sim daria um respaldo, uma segurança um pouco maior. **Priscila Contini Marcondes,**  
450 **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS:** Carol, eu acredito que a PGM tendo a  
451 informação correta pode modificar o parecer opinativo que tenha dado anteriormente, porque  
452 dificilmente eles entenderiam que não era atribuição deles. Então, a gente pode dar esse voto  
453 de confiança neste momento, porque talvez a PGM tenha entendido de maneira equivocada,  
454 talvez não tenha sido explicado corretamente ou esclarecido o viés da coisa. Realmente,  
455 decisões são tomadas pelo CMDCA, mas essa questão jurídica e orientadora é uma  
456 necessidade da PGM, porque havendo um processo judicial quem responderá em nome do  
457 Município é a PGM. Então, é importante que a PGM tome conhecimento e orientando qual é a  
458 estratégia jurídica adequada a ser adotada pelo CMDCA. Obrigado. **Carolina Aguirre da**  
459 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):**  
460 Tranquilo. A gente vai fazer um encaminhamento da forma mais correta. Conselheiros, eu os  
461 entrego ao Paulinho. Eu continuarei no online, mas aí a gente se fala. **Theresinha Bastos,**  
462 **Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA:** Boa sorte  
463 lá! **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
464 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Para todos nós! **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**  
465 **Criança:** Então, vamos continuar. Só dar um retorno que o Everton trouxe sobre o GT  
466 Vínculo SUAS, do projeto técnico que envolve os adolescentes. Então, foi trabalhado no GT e  
467 aquelas considerações do CMDCA foram acolhidas, tinha algumas do Fórum. Então, foi  
468 entregue para ir ao CMAS. Era isso. Foi sugerido que a gente tenha uma reunião com a  
469 Executiva do CMAS, porque agora vai ser avaliado com eles e pode ter mudança ainda no  
470 decorrer. Então, pediram um alinhamento, porque as nossas considerações também podem ser  
471 vetadas. Era isso. O que mais temos aqui? Agora passamos para as comissões. É Comissão  
472 Mista, né? **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Nós  
473 estamos fazendo essa dobradinha para agilizar. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**  
474 **Criança:** E a Comissão de Registro? **Eduarda Roos, Casa do Menino Jesus de Praga:** A  
475 Comissão de Registro não tem nenhum para a plenária esta semana. Só tem uma coisa que a  
476 Carol falou comigo, que é sobre a ADRA, que além da visita da semana que vem, de que fosse  
477 feito um ofício pedindo alguns esclarecimentos, a Carol falou no MP, mas não sei exatamente  
478 o que precisa conter no ofício, quais são esses esclarecimentos. A visita, o carro, está tudo ok,

479 mas esse ofício que fiquem com dúvida. Eu fico à disposição para auxiliar, mas não sei  
480 exatamente precisa conter no ofício. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:**  
481 Eu vejo com ela e coloco no grupo do Registro. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:**  
482 Talvez seja aquela função de não ter registro em Curitiba. **Paulo Francisco da Silva,**  
483 **Pequena Casa da Criança:** O João sabe. João Rocha! Está sem áudio. Ao Ministério Público  
484 é só para pedir informações. João! **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina**  
485 **Providência – IPSDP:** O João está colocando ali sobre o que foi encaminhado semana  
486 passada, para construir ofício e também agendar reunião. **Eduarda Roos, Casa do Menino**  
487 **Jesus de Praga:** Kátia, pode verificar no SIAS se tem algum histórico da ADRA. Também  
488 precisamos decidir quem serão os representantes que irão realizar essa visita, porque tem  
489 muitas questões e talvez as pessoas interessadas também possam comparecer na visita. **Frei**  
490 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** A questão da  
491 idoneidade é um dos critérios aqui, porque às vezes uma instituição... Como no caso, uma vez  
492 fomos a uma instituição, fomos fazer uma plenária lá na zona norte, houve ameaças aos  
493 membros do CMDCA. E lá havia uma questão de conflito e de idoneidade, foi destituída a  
494 instituição. Mas, outrora, no passado. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Sim,  
495 João, tem que olhar o histórico. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:**  
496 Então, verificar no SIAS e tem registro e se já teve programa inscrito. Então, visita agendada  
497 para quarta-feira pela manhã, às 9h30min. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São**  
498 **Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho que antigamente a ADRA tinha acolhimento  
499 institucional e fechou por algum motivo. **Eduarda Roos, Casa do Menino Jesus de Praga:**  
500 Eu acho que o SIAS pode retratar esse histórico. Ou quem tiver o interesse de ir, mas não  
501 puder por causa do horário, pode colocar ponto, perguntas que no momento da visita a gente  
502 possa verificar. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Na visita eu acho que vocês vão  
503 olhar muito mais em relação ao espaço, aos programas e serviços desenvolvidos. Tem outra  
504 questão que tem que ser vista, que é o que já foi trazido. **Frei Luciano Elias Bruxel,**  
505 **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** De repente tem uma nova diretoria,  
506 totalmente diferente de 10 anos atrás. [Falas concomitantes]. **Paulo Francisco da Silva,**  
507 **Pequena Casa da Criança:** Feito! Então, é fazer a visita e paralelamente o ofício. Vamos  
508 avançar? A próxima comissão. Comissão de Políticas? **Francine Idiart, Instituto Pobres**  
509 **Servos da Divina Providência – IPSDP:** É um certificado para captação de recurso. É a  
510 ASPJ – ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA TERESA DE



511 JESUS. SEI 23.0.00060705-3: Projeto de qualificação dos espaços físicos do Serviço de  
512 Convivência através da aquisição de material permanente para melhor atender 144 crianças e  
513 adolescentes de 06 a 14 anos. Valor total de R\$ 57.261,20, 5% de retenção. A comissão é de  
514 PARECER FAVORÁVEL. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos**  
515 **Excepcionais de Porto Alegre, APAE/POA:** É a Comissão Mista. **Francine Idiart,**  
516 **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Isso, em conjunto. **Paulo**  
517 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Então, vamos para a votação. Quem é  
518 favorável ao parecer da comissão? Alguém é contra? Alguma abstenção? Então, **APROVADO**  
519 **POR UNANIMIDADE.** **Márcia, Associação Cristã de Moços do RS – ACM:** Fora isso a  
520 gente analisou mais 12 projetos, mas a gente deu encaminhamento para a Secretaria. **José**  
521 **Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** A Finanças também avaliou todos os projetos e feitos  
522 os despachos. Não tinha nada para trazer. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**  
523 **Criança:** Alguém mais?  
524 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos  
525 Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h15min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia  
526 Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de  
527 veracidade.